

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

**LHETICYA MENDES DOS SANTOS
NAYANA DOS SANTOS RAIMUNDO**

**LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NO
DISCURSO DOS PROFESSORES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE**

RECIFE
2021

**LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NO DISCURSO DOS
PROFESSORES DA REGIÃO METROPOLITANA DO
RECIFE**

Projeto de pesquisa solicitado pela professora Sandra Montenegro para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da professora Tícia Ferro e coorientação de Flávia Santana Araújo.

Letramento na educação inclusiva: concepções e práticas no discurso dos professores da Região Metropolitana do Recife

Lheticya Mendes dos Santos¹

Nayana dos Santos Raimundo²

Tícia Cassiany Ferro Cavalcante³

Flávia Barbosa de Santana Araújo⁴

Resumo

O objetivo geral deste estudo é analisar as narrativas dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da Região Metropolitana do Recife acerca das suas experiências sobre as práticas de letramento de estudantes com deficiência. Os objetivos específicos buscam analisar as concepções de letramento, inclusão e letramento inclusivo desses professores, e investigar, através do discurso, as vivências em sala de aula de práticas de letramento inclusivo. Discutiremos o conceito de letramento, as dificuldades encontradas para letrar no processo de inclusão e as estratégias de letramento. Para tanto, foram analisadas entrevistas com cinco participantes que foram realizadas entre julho e agosto de 2021. De acordo com as opiniões expostas, apesar dos avanços existentes, incluir estudantes com deficiência ainda traz desafios à comunidade escolar. Os resultados indicam que é um trabalho colaborativo e não há um consenso sobre um método de ensino.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Letramento; Letramento inclusivo.

Introdução

Considerando o ambiente escolar como um local democrático, que cumpre uma função social e que deve subsidiar condições de progresso aos alunos, o letramento na escola surge para contemplar a premência de leitura e escrita, que surge com o avançar da vida escolar e com o desejo de autonomia nas práticas

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia no Centro de Educação da UFPE. E-mail: lheticya@gmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia no Centro de Educação da UFPE. E-mail: nayanasantos084@gmail.com

³ Professora Associada III do Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais, Centro de Educação, UFPE. E-mail: ticia.cavalcante@ufpe.br.

⁴ Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Licenciada em Letras (Português/Espanhol) pela mesma instituição. E-mail: flavia.bsantana@ufpe.br

sociais. Ser alfabetizado e letrado é um direito e uma necessidade de todas as pessoas, pois consta na legislação nacional que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa” (BRASIL, 1988, online), para que assim seja possível exercer a plena cidadania e possibilitar condições que facilitem a integração com a sociedade.

Apesar das dificuldades de aprendizagem estarem presentes em todos os níveis de ensino, é na educação básica, em especial nos anos iniciais do ensino fundamental, que elas se tornam um entrave para as políticas públicas, dado que as pesquisas nacionais mostram a precariedade da qualidade do ensino-aprendizagem que é oferecido nesta etapa educacional. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2018, a taxa de alfabetização das crianças de até 6 anos é de apenas 48% (IBGE, 2018) e dentro deste percentual não há especificações sobre a alfabetização das crianças com deficiência.

Diante do processo de inclusão, muitos professores encontram barreiras e adotam práticas inadequadas ao se depararem com crianças com algum tipo de deficiência, principalmente quando elas não possuem contato com práticas de leitura e escrita ou quando também não apresentam dificuldades na fala. A atuação pedagógica no processo de letramento dentro da educação inclusiva configura a necessidade da existência de outras possibilidades e técnicas de ensino, de um amplo conhecimento das especificidades de cada criança e de um trabalho colaborativo, para possibilitar medidas e intervenções individualizadas, que são consequentemente alteradas de acordo com a evolução da criança, já que esses estudantes desenvolvem formas diferentes de aprender e compreender.

O processo de letramento para os alunos com deficiência necessita da capacitação do educador e do envolvimento de todos. Em razão disso, as práticas no âmbito educacional inclusivo se tornam um desafio para o professor, posto que ele precisa estar preparado para lidar com as diferenças individuais dos educandos e com as necessidades educativas específicas.

Neste contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar as narrativas dos professores sobre as práticas de letramento de crianças com deficiência. No que se refere aos objetivos específicos, vamos analisar as concepções de letramento, inclusão e letramento inclusivo de professores da Região Metropolitana do Recife e

investigar, através do discurso desses professores, as vivências em sala de aula de práticas de letramento inclusivo.

Inclusão escolar

Ao longo dos anos, a inclusão não foi vista como um direito fundamental dos seres humanos. Houve momentos em que a segregação e a exclusão se faziam presentes dentro e fora da escola e eram aceitas como exemplos de harmonia e convivência entre as pessoas. Não existiam políticas públicas efetivas e as crianças não tinham espaço dentro das instituições. Carvalho ressalta:

Se a exclusão social fazia parte da ‘normalidade das sociedades’, não mais desejamos que continue assim, tanto sob o aspecto físico, espacial no qual segregam-se grupos ou pessoas, quanto nas formas simbólicas de exclusão (CARVALHO, 2004, p.46).

As mudanças de comportamento social só aconteceram depois da consolidação de algumas leis e são um fato recente na nossa história. Como aponta Uzêda (2019, p. 9):

O movimento de inclusão social tem se difundido no mundo ocidental, principalmente a partir da década de 1980, período em que se começou a defender de modo mais sistemático a inclusão das pessoas com deficiência como um dos direitos básicos preconizados em documentos legais e normativos.

A Declaração Mundial de Educação para Todos foi o primeiro enfoque no acesso, “para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem” (UNESCO, 1990, Art. 3). Quatro anos depois, a Declaração de Salamanca reforçou o papel dos governos nessa garantia de atendimento igualitário e promoção da convivência, exigindo que eles “adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política” (Declaração de Salamanca, 1994, online). No Brasil, um marco nas conquistas e direitos educacionais das pessoas com deficiência foi a Lei nº13.146, de 6 de Julho de 2015, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff. A chamada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é um avanço na luta por cidadania, visa respaldar as pessoas ao longo de toda a vida e assegurar a igualdade de

oportunidades, principalmente no que diz respeito à educação, que sempre foi a maior barreira enfrentada pelas crianças e jovens. Desta forma, ela garante que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, Art. 27).

No que alcança ingresso das crianças ao ambiente escolar, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB estabelece que, independentemente de terem comprometimentos de cunho físico, sensorial ou cognitivo, todos devem ter esse acesso garantido. E também enumera que a educação básica seria iniciada na educação infantil, acolhendo crianças de 0 a 3 anos em creches, e de 4 a 6 anos em pré-escolas, no intuito de proporcionar o desenvolvimento integral do indivíduo quanto aos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a atuação da família e comunidade. Ainda esclarece que a avaliação das crianças quanto à atuação nas atividades escolares nessa fase inicial da educação não será pré-requisito e nem deverá inviabilizar o ingresso ao ensino fundamental, iniciado aos seis anos de vida, em média (BRASIL, 1996).

Ainda de acordo com a LDB de 1996, é importante também que sejam construídos, nas escolas regulares, serviços de apoio especializado com a finalidade de atender às necessidades de todos. Além disso, devem ser prestados serviços de atendimento educacional em classes, escolas e serviços especializados, nos casos em que, em decorrência do comprometimento no desenvolvimento dos alunos, não for viável a sua inserção em escolas de ensino regular, já que ainda existem casos em que a escola alega não haver preparação para acolher determinadas demandas. Finalizando, ainda preza que o início da oferta da educação especial é dever constitucional do estado, devendo ocorrer na faixa etária de zero a seis anos, no período referente à educação infantil (BRASIL, 1996):

A educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as

atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p. 12).

Também foi na LDB de 1996 que se alcançou auxílio para as possibilidades de organização curricular, bem como deve ser estruturado o Ensino Fundamental. Encontram-se inseridos nessa estruturação curricular aspectos com o intuito de ampliar e reformar a formação do professor alfabetizador, qualificando a ação alfabetizadora, e, conseqüentemente, a sua valorização profissional, bem como a melhora na qualidade da educação (BRASIL, 1996).

É necessário compreender que, do ponto de vista inclusivo, nos ciclos de alfabetização, a educação especial já é uma realidade vivenciada pela escola e pelos professores, sendo essencial a participação de todos. O processo de inclusão escolar mostra-se de forma mais efetiva conjuntamente com o atual ajuste, com intuito de reorganizar o espaço escolar e conseguir promover uma real inserção das crianças. Dessa forma, todos são beneficiados, visto que essas escolas dão respostas às necessidades de cada pessoa.

A inclusão escolar recebe ênfase no trabalho do professor nas escolas de ensino regular, desencadeando a aprendizagem e alfabetização na educação inclusiva. Dessa forma, acaba intervindo em outras habilidades escolares e rotinas de outros ambientes, visto que não somente o ato de ler, mas também o de compreensão do que se lê, vai dando experiências ao conteúdo textual, possibilitando as relações da criança com o mundo.

Letramento inclusivo

A alfabetização e, principalmente, o letramento surgem como uma possibilidade de autonomia para as crianças com deficiência, porque as pessoas que possuem um nível insuficiente de alfabetização já ficam à margem da sociedade; somando isso às condições de limitações físicas, motoras e intelectuais, são grandes as chances de exclusão, porque terão menos oportunidades profissionais e pessoais, não terão acesso às informações mais básicas, nem aos seus direitos.

Existem muitos dados que demonstram os índices nacionais, como o Índice de Analfabetismo Funcional (INAF), a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), a já citada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre outros, mas todos abordam o analfabetismo ou o analfabetismo funcional sem especificação das crianças com deficiência. Nesse processo, a competência dos professores é um pilar fundamental, pois não é simples letrar outra pessoa. “Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.” (TFOUNI, 1995 apud MORAES, 2005, p.4). A tarefa do professor alfabetizador acontece no acompanhamento individual dos alunos, pois não existe uma técnica que funcione com todos os estudantes e nem uma garantia de que o método utilizado irá funcionar, o desenvolvimento da leitura e da escrita vai muito além do conhecimento de fonema e grafema na alfabetização ou do entendimento de textos literários no letramento. As crianças são diferentes entre si e aprendem de maneiras diferentes:

[...] no alfabetizar letrando, a criança não se limita ao conhecimento das letras [...], ao domínio da relação entre som e grafia, à capacidade de ler e escrever [...]. O alfabetizar letrando [...] Requer do aluno a capacidade de tornar-se usuário da leitura e da escrita no convívio social pela familiaridade com os eventos, práticas de letramento e usos sociais da língua de modo que tem propriedade para atribuir significados e usar a língua escrita em contextos diversos (FONTES, 2013, p. 9).

Magda (2003, p.23) afirma que “letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno”. É interessante que os educadores utilizem o conhecimento adquirido na formação para estimular as habilidades de leitura e escrita nas práticas sociais, não somente no saber ler e escrever mecanicamente, indo além do trabalho fonológico e do uso da ortografia. A esse respeito, a mesma autora comenta que:

[...] um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que saber ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita.(SOARES. 1998, p. 39, 40)

Atualmente, segundo Soares (2004), tenta-se dar um significado mais amplo ao conceito de alfabetização do que deveria ser, visto se tratar de um processo efetivo, estendendo-se para toda a vida, não se detendo apenas à aprendizagem da leitura e da escrita em ambiente escolar. A autora também descreve que sempre há uma distinção entre a aquisição da língua, independentemente de ser oral e/ou

escrita, e o desenvolvimento dela. Assim, compreende a alfabetização como a aprendizagem de um sistema notacional, envolvendo as habilidades de leitura e escrita.

Para a autora anteriormente mencionada, o termo Letramento é um conceito atual, inserido no âmbito da educação e ciências linguísticas há um período que ultrapassa um pouco mais de duas décadas. Dessa forma, surgiu a necessidade de caracterizar e nomear práticas sociais direcionadas à leitura e à escrita, pelo fato de adquirirem maior evidência e valor à proporção que as atividades sociais e profissionais foram tornando-se mais dependentes da língua escrita e da leitura, e das práticas que as envolvem. Isso revelou que se deve ir além do domínio do sistema alfabético e ortográfico, que são aspectos que se enquadram em uma das várias dimensões da alfabetização, mas ainda são insuficientes para as dinâmicas sociais. Assim, ao contrário do que muitos pensam, os conceitos de Alfabetização e Letramento são distintos. (SOARES, 2004). Sobre as práticas sociais da leitura, Soares (2004, p.37) relata:

Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter outra condição social e cultural e não se trata, propriamente, de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais, torna-se diferente.

Sobre a relação do letramento com as práticas sociais, Cabral (2017, p.8), complementa que “as práticas de alfabetizar letrando oferecem mais significado e relevância à aprendizagem dos educandos, pois estão diretamente posicionadas na realidade social de cada um de nós”. No entanto, a alfabetização, mesmo sendo distinta do letramento, estabelece uma relação de interdependência e torna-se inseparável dele. Dessa maneira, o melhor a se fazer no ambiente de sala de aula é que os professores já ensinem o processo de alfabetização com o foco também direcionado para o letramento, favorecendo o progresso significativo dos alunos no período de alfabetização (CABRAL, 2017).

Para o desenvolvimento pleno das crianças com deficiência, o professor deve habilitar a utilização da escrita e da leitura nos mais diversos contextos, para que saibam utilizá-las de acordo com as demandas sociais e tenham competência para construir relações entre os mais variados textos. É necessário reforçar que o letramento é um direito de todas as crianças e que as técnicas utilizadas são uma

ponte para o entendimento de elementos culturais. Dessa forma, a atuação do professor cumpre seu papel social na perspectiva de trabalho que vai além do que é proposto na escola. Uma possível estratégia para fomentar o trabalho com a leitura e a escrita, é proposta por Terzi no seguinte trecho:

A exposição constante da criança à leitura de livros infantis expande seu conhecimento sobre as histórias em si, sobre tópicos de histórias, estrutura textual e sobre escrita. Ouvir e discutir textos com adultos letrados pode ajudar a criança a estabelecer conexões entre linguagem oral e as estruturas do texto escrito, a facilitar o processo de aprendizagem de decodificação da palavra escrita (...) (TERZI, 1995, p.43).

A leitura é capaz de aperfeiçoar os pensamentos das crianças e contribuir para a realização das práticas pedagógicas que utilizam textos, porque favorecem a participação e inclusão das crianças com necessidades educativas especiais:

Uma pessoa é funcionalmente letrada quando pode participar de todas aquelas atividades nas quais o letramento é necessário para o efetivo funcionamento de seu grupo e comunidade e, também, para capacitá-la a continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo para seu desenvolvimento e o de sua comunidade. (SOARES, 2004a, p. 72-3 apud UNESCO, 1978, p. 1)

Desafios no processo de letramento inclusivo

É importante que o professor, em seu contexto de trabalho, dê conta de diferentes demandas. Também é importante que ele aprenda e crie estratégias para atender à variedade de casos no cotidiano de trabalho. Mesmo assim, no fim, ele acaba sendo responsabilizado se não desempenhar todas essas demandas. Para Lopes e Marquezine (2012, p. 488) o trabalho do professor “tem sido extenuante, dada a falta de estruturas básicas e de recursos humanos com formação adequada que lhes permitam atender a diversidade presente nas salas de aula”.

Acontece que nessa circunstância, de tantas exigências e obrigações, o profissional fica numa posição de desvantagem, pois já começa o ano letivo sem conseguir analisar a turma e os sujeitos, é imposto um cronograma, é cobrado resultados, e diante de um sistema educacional que se diz inclusivo, o docente já começa a sua atuação com dívidas e pendências.

Não há liberdade dentro da instituição para que os professores consigam praticar as múltiplas possibilidades de ensino; também não costumam ter tempo de

planejamento compartilhado com outros professores, nem proposição de outras ações e são poucos os que conseguem fazer uma formação continuada.

O ideal seria que as atividades fossem baseadas em propostas que tivessem incentivos e que fossem realizadas de forma integrada, não dissociada. Por isso é tão importante que os gestores assegurem que as salas de aula vão disponibilizar boas condições de infraestrutura para o bom funcionamento do sistema educacional, e que os professores vão receber recursos especializados e vão poder fazer uma formação continuada, pois isso é fundamental para que as práticas possam ser reinventadas.

Outro aspecto importante é a aquisição da leitura e escrita, pois sabe-se que isso demanda alguns requisitos para acontecer. Dessa forma, o ideal é que essas crianças já fossem preparadas e estimuladas no período da pré-escola. Também seria importante que o professor realizasse a análise de forma mais detalhada, percebendo se as crianças desenvolvem habilidades mínimas e se conseguem desencadear outros tipos de habilidades para alcançar a alfabetização, sempre relacionando a aprendizagem com a alfabetização, porque é importante para todo o processo de aprendizagem das demais habilidades escolares. Deste modo, é possível que ocorra grandes avanços e isso venha a afetar todo o percurso escolar do estudante.

Assim, compreendemos o quanto o âmbito escolar é relevante para o progresso das crianças com necessidades específicas, tanto quanto o seu meio social. As atividades que favorecem a leitura e a escrita devem revelar ainda mais atitudes positivas em relação à educação inclusiva, para que o estudante faça a sua interação e se veja como um ser pensante, que vincula sua ação ao mundo que o constitui culturalmente. É preciso que a acessibilidade esteja presente nas adequações dessas atividades, pois são fundamentais para reconhecimento dos estudantes com deficiência, fazendo com que eles se identifiquem com o que está sendo proposto.

Cabe ressaltar que algumas dificuldades se manifestam com intensidades distintas, conforme a necessidade dos indivíduos. É comum que a escola não se sinta preparada no campo metodológico ou não disponha de apoio pedagógico suficiente. Como aponta Uzêda (2019, p. 9):

[...] nem sempre essas crianças têm acesso às vivências lúdicas na escola. Os motivos são variados, desde o receio de professores em inserir a

criança nas brincadeiras por não saberem se “pode”, se elas dão conta ou se vão se machucar, até a exclusão das atividades lúdicas por falta de profissional de apoio para mediar a interação da criança durante a brincadeira.

A tentativa para encontrar condutas inovadoras que promovam as práticas pedagógicas, analisando as singularidades de cada um, analisando o seu comprometimento com o que é proposto e o seu desenvolvimento ao longo dos dias, nos espaços educativos, passou a ser a fonte de engajamento de muitas escolas. Apesar de muitas instituições ainda não fornecerem um ambiente escolar que esteja preparado para tudo isso, muitas já buscam estratégias para que o letramento inclusivo possa ocorrer verdadeiramente dentro desses espaços, buscando sempre o bom desempenho das crianças, através da atenção de maneira individualizada e do respeito ao tempo de cada indivíduo.

O entendimento de que o processo de ensino-aprendizagem dentro de uma turma heterogênea é possível e favorece o trabalho das diferenças do grupo, é incentivado por Gallart (2004, p. 51) “ao trabalhar com grupos heterogêneos, é facilitada a possibilidades de compartilhar conhecimentos e estratégias, utilizar a diversidade como riqueza para as aprendizagens e fomentar atitudes sólidas”. E ao longo dos dias, os estudantes que se encontrarem com dificuldades de acompanhar o conteúdo, ou que não atendem aos objetivos de aprendizagem esperados para a etapa escolar, podem ser mediados pelos seus próprios colegas de turma, numa espécie de grupo colaborativo, onde os mais avançados contribuem para o aperfeiçoamento das aptidões dos outros estudantes.

No entanto, para que as crianças com necessidades escolares específicas possam ser alfabetizadas e para que esse objetivo seja conquistado, se faz necessário a interação entre os profissionais da escola, ocorrendo intervenções necessárias. Estando a equipe pedagógica segura de sua intervenção educacional, para que haja o suporte para a criança no ambiente escolar. É esperado que os esses profissionais recebam orientações para dar continuidade aos avanços da aprendizagem das crianças, assim como para pôr em prática essas recomendações.

Uma outra estratégia é a inserção dos alunos na sala de Atendimento Educacional Especializado, local onde serão acompanhados por um profissional que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas

necessidades específicas." (BRASIL, 2008, p.16) ou que sejam acompanhados por algum profissional que tenha feito algum aperfeiçoamento continuado e que forneça melhores condições para facilitar o ambiente de escolarização, nas situações de educação especial. Atendendo às especificidades de cada aluno, mesmo ocorrendo limitações em alguns casos, o corpo docente precisa encontrar possibilidades que se adequem às condições de cada criança.

Metodologia

Os entrevistados foram selecionados com base nas suas experiências profissionais em lecionar para estudantes com deficiência, porque são as pessoas que mais tem conhecimento sobre a realidade dentro das salas de aula e conhecem os contratempos provenientes da inclusão escolar:

Não basta a escola pensar as contradições existentes fora dos muros escolares, deve também reconhecê-las dentro de si. Os professores são agentes fundamentais da educação, e não é indiferente saber o que pensam acerca da educação inclusiva (CROCHICK, 2011, p. 569).

O nosso trabalho é uma pesquisa de campo composta por uma entrevista semiestruturada, cujo intuito é aprofundar o nosso conhecimento acerca do assunto estudado e contribuir para futuras discussões sobre essa temática. A abordagem é qualitativa e se apoia nos resultados obtidos das respostas dos participantes. Godoy (1995, p. 58) diz que “a pesquisa qualitativa considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como a tecla principal. O processo é o foco fundamental da abordagem e não o efeito, ou seja, o resultado obtido”.

Para Xavier (2014, p.76), “toda pesquisa precisa de dados para analisar e eles só são coletados com instrumentos adequados para isso”. Utilizamos como instrumento de coleta de dados uma entrevista online que foi executada através da plataforma do WhatsApp e contém 5 perguntas estruturadas, que foram respondidas por professores alfabetizadores dos anos iniciais do ensino fundamental da região metropolitana do Recife. Na elaboração das perguntas, a fim de obter maiores informações, buscamos investigar as principais dificuldades encontradas no processo de letramento dos estudantes. Sobre as perguntas da entrevista, podemos afirmar que:

Deve-se, neste caso, estar atento para não perder o foco e tornar o questionário perdulário. Eles possibilitam a ampliação do conhecimento geral e específico sobre o sujeito e também poderão explicar suas características em face ao contexto que o envolve. Lembremos que as

questões da entrevista não podem intimidar psicologicamente o informante. As perguntas devem permitir um relato espontâneo que deixe pistas para o pesquisador trabalhar sobre elas posteriormente. (XAVIER, 2014., p.76.)

Em virtude da pandemia da Covid-19 e das novas adequações de rotina, todo o processo ocorreu de forma virtual, respeitando as regras de distanciamento social e assegurando a proteção de todos os envolvidos. Após a coleta dos dados, as informações foram transcritas, respeitando o sigilo das identidades dos profissionais, para então harmonizar os dados com os objetivos e a teoria que fundamenta a pesquisa.

Resultados e discussão

Neste artigo, como explicitado anteriormente, nós procuramos refletir sobre as narrativas dos professores da Região Metropolitana do Recife acerca das práticas de letramento de crianças com deficiência. Na análise geral das falas sobre o processo de letramento, pudemos observar alguns aspectos. Entre os principais, situam-se o processo de aquisição de língua escrita nas escolas, que ainda utiliza os métodos tradicionais, mas que consideram as dimensões sociais que condicionam a aprendizagem, e as práticas de leitura adotadas para os anos iniciais. Para compreendermos melhor sobre esse processo, coletamos os dados através de entrevistas realizadas com cinco professores, identificados como P1, P2, P3, P4 e P5, que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental. Verificamos algumas amostras dos discursos para melhor compreensão. Os trechos a seguir evidenciam essas opiniões:

Alfabetizar e letrar de forma inclusiva é ensinar a criança o sistema ortográfico e suas formas de escrita, ensiná-lo a decodificar números e letras e formar esse indivíduo socialmente, sabendo lidar com situações de conflitos pelas quais terá de passar no seu dia a dia, saber compartilhar materiais. Sem esquecer, é claro, que todo esse processo será feito de maneira adaptada, sendo possível atender a limitação da criança em questão (P1, 2021).

O discurso dessa professora nos leva a reiterar que existe uma relação intrínseca e interdependente entre alfabetização e letramento, que vai além de codificar e decodificar palavras, indo além do entendimento e do sentido daquilo que lê e escreve. Almeida (2014, p. 205) "designa na ação educativa de desenvolver o

uso de práticas sociais de leitura e escrita, inicia-se um processo amplo que torna o indivíduo capaz de utilizar a escrita em diversas situações sociais"

Essa forma atribuída ao letramento, utiliza o uso da língua nas práticas sociais. A prática docente ideal para as classes de alfabetização é aquela que se preocupa em alfabetizar letrando. Sobre essa prática, Fontes ressalta:

Conhecer as letras e os sons [...] é um pressuposto indispensável para o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, mas, além disso, é fundamental também buscar sentido, significado e compreender o que está escrito, contemplando, desse modo, as duas facetas da aprendizagem: a alfabetização e o letramento (FONTES, 2013, p.08).

Essa professora também entende as limitações das crianças e reconhece a importância de realizar o processo de maneira adaptada. Outra entrevistada, abordou a importância de um suporte na educação inclusiva e da contribuição vinda de uma capacitação ou formação continuada:

O letramento, numa perspectiva inclusiva, está relacionado ao suporte necessário como um atendimento educacional especializado que a criança com necessidade especial precisa. Com isso, dependendo da necessidade, é preciso que os profissionais estejam capacitados. Além da formação continuada para os professores da sala saberem lidar com este público, promovendo conhecimento para atividades adaptadas, pois a criança precisará deste suporte que será papel da instituição (P2, 2021).

Seguindo o pensamento da necessidade de um suporte, outra professora foi mais enfática ao falar sobre as estratégias utilizadas no processo de letramento para respeitar o tempo de aprendizagem das crianças. Ela cita os apoios que os educadores precisam receber para que o desempenho consiga fluir:

Nós precisamos receber o apoio de toda a escola, dos familiares e, se for o caso, de um grupo de profissionais externos (psicólogo, fonoaudiólogo), porque os ritmos de aprendizagem são diferentes, cada um tem o seu rendimento. Para desenvolver qualquer atividade, temos que pensar e adaptar para a turma toda. Se a gente não tiver um suporte dentro e fora de sala, a inclusão se torna difícil (P3, 2021).

Compreender os desafios vivenciados e ter participação ativa e efetiva de todos os profissionais foram pautas presentes em todas as argumentações. Todos concordam que o trabalho é colaborativo e que envolve a equipe de professores, a equipe multidisciplinar e os especialistas de outras áreas, com o intuito de trabalhar as especificidades de cada aluno. Para a P3 (2021), "também é importante escutar

as necessidades e as demandas do aluno, porque isso é o que faz a diferença na inclusão”.

No discurso desses professores, ao falar sobre um método que pode ajudar a letrar estudantes com deficiência, foi possível notar um posicionamento a favor da inclusão nas práticas e nas didáticas das escolas, com o intuito de contemplar as especificidades e o contexto dos estudantes no plano de aula.

Ao falar sobre um método que pode ajudar a letrar estudantes com deficiência, um professor comentou:

É interessante proporcionar um ambiente onde o aluno possa se familiarizar com o mundo das letras. Mesmo que ele não saiba ler, ele vai enxergar as palavras e ter curiosidade para decodificar aquilo. Se não houver esse interesse, é possível estimular através das brincadeiras, mas é importante deixar que os alunos tenham esse contato inicial sozinhos (P4, 2021).

Seguindo essa linha de pensamento de proporcionar um ambiente com estímulos para fortalecer o interesse pelas letras, Kramer pontua que:

Isso significa que uma criança começa a ler quando descobre que o mundo é feito de coisas que pode pegar, cheirar, apertar, morder etc., e que pode ser imitado, dramatizado, expresso na música, na dança no desenho, na fotografia, na colagem, na montagem, na palavra falada, na palavra escrita. (KRAMER, 2010, p. 98)

Na fala de outro profissional, podemos perceber que não há um consenso sobre um método de ensino:

Eu costumo incentivar, desde cedo, o aluno a ler. Quando tenho alunos com algum tipo de dificuldade, eu tento mostrar que a leitura pode ser prazerosa. Eles amam contação de histórias e eu exploro bastante os personagens para estimular o raciocínio. Se isso não funcionar, também podemos partir para os desenhos ou para as figuras representativas da história. O importante é descobrir e entender o que prende a atenção do seu aluno (P5, 2021).

Notamos que as particularidades de cada turma faz com que os professores não consigam ter uma receita do que funciona para todos. São formas de aprendizagem diferentes e o melhor método para uma criança não é o mesmo para outra. De acordo com as opiniões expostas, apesar dos avanços existentes na inserção das crianças e na qualidade do atendimento oferecido, incluir estudantes com deficiência ainda traz desafios à comunidade escolar. Aranha (2004, p. 48) enfatiza que para minimizar os desafios, alguns pontos que merecem ser observados pela equipe pedagógica para repensar esse sistema de ensino, entre

eles: “planejar estratégias para responder às necessidades educacionais dos alunos, implementar ajustes para o atendimento a todos os alunos em classes comuns, elaborar projetos pedagógicos orientados pela política de inclusão”.

Considerações Finais

Neste estudo, buscamos analisar as concepções dos docentes e pontuar alguns dos desafios inerentes no processo de educação inclusiva. Conforme os relatos dos professores, toda a metodologia deve partir da interação dialógica entre os profissionais especializados, levando em consideração as situações que permeiam o cotidiano do estudante. Também foi importante perceber que os entrevistados consideram que para exercer tal função, é primordial que o educador seja competente e criativo, para envolver a criança no mundo literário.

Considerando a importância do letramento inclusivo no campo pedagógico, acreditamos que se faz necessário a formação adequada dos profissionais para possibilitar vários meios de inclusão educacional. Compreendemos que a leitura e a escrita são imprescindíveis para a formação humana e esperamos que este material sirva de ponto de partida para novas discussões. Esperamos dar continuidade a este estudo e oferecer subsídios para que novas pesquisas sejam realizadas. É essencial, também, que se desenvolva este tema para as instituições de ensino, para que possam acolher com mais qualidade às crianças com deficiência.

Referências

ALMEIDA, Vanessa Fulaneti; FARAGO, Alessandra Corrêa. A importância do letramento nas séries iniciais, **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 1 (1): 204- 218, 2014. Disponível em: < <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074426.pdf>> Acesso em: 18 de ago. 2021.

ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva**: transformação social ou retórica?. In: OMOTE, S. Inclusão: intenção e realidade. Marília, SP: Fundepe Publicações, 2004.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 11 Ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília: MEC/SEESP, 18 set. 2008a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008

Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*; Brasília (DF); 1996

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (**PNAD**) 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20786-perfil-das-criancas-brasileiras.html>. Acesso em: 10 de março de 2021.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CROCHICK, José Leon; et al. Análise de atitudes de professores do ensino fundamental no que se refere à educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n. 3, p. 565-582, set./dez. 2011.

FONTES, F. C. O.; BENEVIDES, A. S. **Alfabetização de crianças**: dos métodos à alfabetização em uma perspectiva de letramento. Fórum Internacional de Pedagogia. Vitória da Conquista/BA. Anais do V FIPED. Campina Grande/PB: Editora Realize, 2013.

GALLART, S. M. Leitura dialógica: A comunidade como ambiente alfabetizador. In: TEBEROSKY, A. et al. **Contextos de alfabetização inicial**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 41-54

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades. **Revista de administração de Empresas**. São Paulo: V. 35, N. 2, P. 57-63, abril 1995.

KRAMER, Sônia. **Alfabetização, leitura e escrita**: formação de professores em curso. São Paulo, Ática, 2010.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. Sala de Recursos no Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Percepção dos Professores. **Rev. Bras. Ed. Esp**. Marília: v. 18, n. 3, p. 487-506, 2012.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento**: Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**: caminhos e descaminhos. Revista Pátio, n. 29, 2004.

TERZI, Sylvia Bueno. A construção da leitura. Campinas: Pontes, 1995.

MORAES, M.G. **Alfabetização – Leitura do Mundo, Leitura da Palavra – E Letramento**: algumas aproximações, 2005.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos** e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. UNESCO.

UNESCO. **Revised Recommendation concerning the International Standardization of Education Statistics**. Paris: Unesco, 1978.

UZÊDA, Sheila de Quadros. **Educação Inclusiva**. Salvador: SEAD-UFBA, 2019.

XAVIER, Antônio Carlos. Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos. Recife: Editora Rêspel, 2014.